

FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO AOS MAIS VULNERÁVEIS EM CIDADES DE PEQUENO PORTE: O CASO DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - PB

JEAN KARLO OLIVEIRA DE SOUZA, JOSE HILDO DE MACEDO,
JULIANA NUNES FELIX, LAISE FRANÇA NASCIMENTO DE LIMA,
LUCAS SILVA ANDRADE, MARÍLIA ORTIZ

RESUMO

O ano de 2020 será lembrado pela grave crise sanitária que assolou o planeta. Entretanto, os efeitos socioeconômicos podem mostrar-se tão graves (ou mais) quanto a pandemia de COVID-19. Em poucos meses, milhões de pessoas perderam suas fontes de renda e entraram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O poder público precisa repensar políticas sociais, readequando-as para a nova realidade. Os pequenos municípios, como Bananeiras-PB, terão desafios ainda maiores com a escassez de recursos. Localizado na Serra da Borborema, Bananeiras viu um dos seus principais setores econômicos, o turismo, paralisar por completo. O resultado foi o aumento do desemprego e da dependência de social aos programas de transferência de renda. Após a realização de entrevistas com população local e a análise de dados e experiências exitosas, esperamos ter encontrado soluções viáveis que auxiliem os socialmente vulneráveis e que fortaleçam a economia local.

CONTEXTO

Bananeiras fica a 141km de João Pessoa, a capital da Paraíba. A cidade compõe o brejo paraibano, região no interior do estado. Com cerca de 22 mil habitantes, a cidade enfrenta com preocupação a crise causada pela pandemia do novo coronavírus e seus impactos sanitários, sociais e econômicos.

A agropecuária é um setor importante para o município. A cidade é a segunda maior produtora de banana do estado, segundo CensoAgro 2017 (IBGE)¹. Também há produção importante de milho e mandioca, além da pecuária bovina, caprina e ovina. Segundo levantamento da Prefeitura Municipal de Bananeiras, o setor é representado por cerca de 3.500 propriedades rurais em território bananeirense.

Os setores de comércio e serviços também representam parcela considerável na economia da cidade, concentrando cerca de 20% dos vínculos formais, segundo dados do Ministério da Economia. De clima mais ameno que os demais municípios do agreste paraibano, Bananeiras possui forte potencial turístico, dispondo de hotéis, pousadas e restaurantes que enxergam na cidade um ambiente propício para a atividade.

Além dos turistas que recebe, Bananeiras acolhe também alunos, professores e técnicos no Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias – CCHSA, que compõe o Campus III da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O Campus oferece os cursos de Graduação em Agroindústria, Administração, Pedagogia e Agroecologia. Oferta também o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, além de outros Cursos Técnicos presenciais em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura e Nutrição e dietética, além dos cursos de Informática, Cooperativismo e Meio Ambiente.

Assim como grande parte dos municípios de pequeno porte do país, Bananeiras obtém considerável porcentagem de suas receitas com transferência do Governo Federal. Do total de R\$ 49,6 milhões em receitas, aproximadamente 87% do total é oriundo de fontes externas (IBGE, 2018).

A Prefeitura possui importantes ferramentas de fomento ao desenvolvimento econômico local, como a Casa do Empreendedor e a adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

O contexto da atual crise dificulta ainda mais as ações do poder público municipal, que precisa se preocupar com o desemprego, a vulnerabilidade social e a queda da atividade econômica. O cenário encontrado em Bananeiras é semelhante àquele observado em grande parte dos municípios brasileiros. A baixa arrecadação, a dependência de atividades de comércio e serviço e cadeias produtivas pouco adensadas se agravaram no contexto da pandemia.

¹ Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

Os impactos da pandemia do Coronavírus vão além dos aspectos sanitários. Eles se estendem às questões econômicas e sociais. Em todo o mundo, impactos financeiros e socioeconômicos estão sendo sentidos, gerando grandes desafios para a gestão pública.

A autopreservação através do isolamento social demandado pela pandemia gerou um problema de ação coletiva. Com o distanciamento, veio um choque econômico que afetou a realidade dos trabalhadores informais, micro e pequenos empresários, e elevou o desemprego. Essa gama de indivíduos, antes autossuficientes, passou a depender de programas sociais de transferência de renda como o auxílio emergencial para atender as suas necessidades básicas, como alimentação, higiene e moradia.

Com o fim do auxílio emergencial, a segurança socioalimentar dos denominados “vulneráveis sociais temporários” será testada. Isso exige do poder público rapidez e prontidão na oferta de proteção social e auxílio aos grupos economicamente impactados.

Diante do cenário desenhado pela Covid-19, pequenos municípios como Bananeiras encontram dificuldades para gerir os novos problemas socioeconômicos. Isso em razão das baixas receitas municipais e da grande dependência dos repasses financeiros do estado e da união.

Após análise do contexto local, é possível visualizar algumas circunstâncias socioeconômicas municipais que impactam direta ou indiretamente no agravamento do quadro da população vulnerável. Ou, ainda, circunstâncias que, caso readequadas, podem auxiliar na recuperação dos novos vulneráveis temporários.

A população que recebe programas de transferência de renda, em grande parte, vive com os recursos transferidos, não havendo incentivos na busca da complementação de renda. Já os Microempreendedores Individuais (MEI), com a redução da circulação na cidade, ficaram com suas rendas comprometidas e mantiveram suas necessidades básicas quase que exclusivamente com os programas de auxílio emergencial temporário.

Os produtores rurais familiares foi outro público-alvo que teve sua exposição à vulnerabilidade ampliada no contexto da pandemia. Durante o período de isolamento social, eles foram prejudicados por não vender nas feiras de agricultura familiar das cidades vizinhas, bem como pela interrupção do fornecimento para o programa de merenda escolar² e para restaurantes e hotéis da cidade em função da queda do número de turistas na cidade.

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura de Bananeiras, considerando o total de 3.500 agricultores familiares cadastrados,

² A interrupção da merenda escolar deu-se por, aproximadamente, três meses até que fossem retomadas as aquisições para a composição de cestas de alimentos para consumo em casa pelos alunos.

apenas 45 destes fornecem seus produtos para o programa de merenda escolar. Anualmente, o programa destina cerca de 800 mil reais do orçamento municipal para a compra de merenda proveniente de agricultores familiares.

Foi observado que grande parte desses produtores, principalmente os localizados em terrenos mais afastados do centro, não possuem incentivos para a produção de insumos que sejam encaixados em cadeias produtivas rentáveis e não estão capacitados para escoar os seus produtos.

Muitos desses vulneráveis temporários não conseguirão se recuperar sozinhos, haja vista a letargia do retorno econômico para os profissionais liberais e a drástica realidade do desemprego. Com o fim do auxílio emergencial, espera-se que muitos dos novos vulneráveis sociais, que tiveram suas condições de trabalho comprometidas ou impedidas pela pandemia, não possuirão condições de arcar com suas necessidades básicas. Entrarão em situação de vulnerabilidade, agravando o quadro crítico geral causado pela pandemia da Covid-19.

O QUE PRECISA MUDAR

Durante a imersão no tema, identificamos os seguintes aspectos que a solução deverá abarcar:

a) Formular política de transição da renda emergencial

De acordo com o Cadastro Único do município de Bananeiras, o total de famílias beneficiárias do Bolsa Família no mês de agosto de 2020 foi de 3.492, totalizando 11.592 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa. Por sua vez, a Prefeitura de Bananeiras informou que 699 famílias receberam o benefício emergencial do Governo Federal, perfazendo o total de 3.156 pessoas.

Um estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apontou que cerca de 4,4 milhões (6,5%) de domicílios brasileiros sobreviveram ao mês de julho apenas com a renda do Auxílio Emergencial. Entre os domicílios mais pobres, os rendimentos atingiram 124% do que seriam com as rendas habituais.³ A mesma pesquisa demonstrou que o benefício chegou a 80% dos domicílios mais pobres do país e ampliou em mais de 23% o rendimento de famílias da região nordeste (IBGE). Também contribuiu para reduzir a extrema pobreza ao menor nível em 40 anos no país.

O salto do benefício médio do Bolsa Família no valor de R\$ 190 para, no mínimo, R\$ 600, evidenciou a importância de uma po-

³ Notícia disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/09/auxilio-emergencial-e-prorrogado-ate-dezembro#:~:text=0%20Presidente%20Jair%20Bolsonaro%20anunciou,adicionais%20ser%C3%A1%20de%20R%24%20300>

lítica de renda básica para a redução da pobreza, ainda mais no contexto de situação de calamidade, no qual a atividade econômica foi drasticamente impactada.

Mais de metade da população de Bananeiras é beneficiária do Bolsa Família. 54,7% da população possui rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (IBGE, 2018). Isto posto, consideramos que o município precisa formular e implementar políticas públicas próprias de transferência de renda e outros benefícios sociais que garantam condições dignas de vida para seus cidadãos.

b) Estimular o consumo interno

Durante as entrevistas realizadas com habitantes, foi observado que há uma prática de consumo que não fortalece a economia local. Identificou-se que diversas pessoas costumam realizar suas compras básicas em municípios vizinhos, como Solânea (26,4 mil habitantes), ao invés de adquirir os produtos no seu próprio município e apoiar o comércio local.

Nesse sentido, uma alavanca importante da solução deve ser o estímulo ao consumo interno e o incentivo de compra dos pequenos produtores rurais para que a economia local se desenvolva. Atualmente, os benefícios de transferência de renda não vinculam o consumo a estabelecimentos no município de origem e/ou aquisição de produtos de pequenos agricultores – o que consideramos oportunidades contempladas pela solução eleita.

c) Conectar produtores e consumidores

Durante as entrevistas, foi identificado que o mercado consumidor de hotéis e restaurantes possui vasta oportunidade de adquirir alimentos dos produtores locais. Há algumas parcerias com cooperativas de agricultores, porém são iniciativas singulares que poderiam ser ampliadas em escala.

Identificou-se espaço para realizar campanhas de conscientização dos donos de estabelecimentos comerciais sobre a possibilidade de adquirir produtos dos agricultores familiares. Isso estimula a variação do cardápio em função da sazonalidade de alguns produtos e incentiva a agregação de valor junto aos seus clientes pelo comércio justo e que valoriza a sustentabilidade.

d) Aprimorar capacidades de produção e comercialização dos agricultores

Do total de cerca de 3.500 agricultores do município de Bananeiras, a Prefeitura estima que pelo menos um terço esteja em uma situação mais delicada de vulnerabilidade. Muitos produzem os mesmos alimentos que consomem, configurando uma agricultura de subsistência. Há pouco valor agregado à produção e baixa

aderência a um mercado consumidor exigente, formado pelos turistas e frequentadores de hotéis e restaurantes.

Nesse sentido, é preciso formular um programa especial para esses agricultores. A iniciativa deve contemplar a capacitação do público alvo para que ele aprimore suas técnicas de produção e comercialização. Com isso, será possível ampliar a capacidade produtiva desses agricultores, além de identificar novas oportunidades de negócios. O incentivo ao associativismo com apoio técnico para produção, logística e microcrédito são indispensáveis para a agregação de valor aos produtos e inserção desses indivíduos na cadeia produtiva.

e) Estimular novas parcerias com ênfase na universidade

O Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias – CCHSA que compõe o Campus da Universidade Federal da Paraíba – UFPB representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento das políticas de agricultura familiar no município, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de novas cadeias produtivas e aprimoramento das já existentes.

De acordo com o site institucional do CCHSA, *“O campus centra seu foco de atuação no conceito de cadeias produtivas, o que é viabilizado pela estrutura que dispõe de laboratórios didáticos como o Abatedouro Escola, Setor de Laticínios, Setor de Processamentos de Frutas e Hortaliças, Laboratório de Fisiologia Pós-Colheita, Laboratório de Controle de Qualidade de Alimentos, Padaria Escola, Laboratório de Ciências Biológicas, Clínica Fitossanitária, Laboratório de Entomologia, Campos de Produção de Mudanças, Hortaliças, Fruteiras e Viveiros, Laboratórios Práticos de Ranicultura, Apicultura, Bovinocultura, Suinocultura, Caprinocultura e Ovinocultura, Cunicultura, Avicultura, Reprodução e Inseminação Artificial”*.

Essa ampla gama apresentada demonstra as possibilidades e expertise que a universidade representa para o desenvolvimento de novas cadeias produtivas. Por outro lado, os servidores da Prefeitura entrevistados acreditam que a atuação da universidade poderia ser mais bem alinhada às políticas municipais existentes. A Prefeitura poderia estimular projetos que são aplicados na universidade, premiando as melhores iniciativas de pesquisadores para promover o desenvolvimento de cadeias produtivas locais.

Outras organizações possuem o potencial de, ao lado da universidade, promover o desenvolvimento local dos empreendedores rurais, bem como fomento ao desenvolvimento de novos negócios consumidores. Nesse rol de organizações, destacam-se: EMATER, EMPAER, SEBRAE, associações de restaurantes, hotéis, cooperativas de produtores, bancos para microcrédito, entre outras.

SOLUÇÕES E VIABILIDADE

Após a análise de contexto e o mapeamento de aspectos que a política formulada deveria abarcar, o grupo identificou na literatura e nas experiências de economia solidária a inspiração para as soluções. De acordo com Domingues (2009, p. 2 apud Araújo et al, 2018), a economia solidária *“é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação econômica, criando uma alternativa forte e sustentável”*.

Um dos maiores expoentes no país da economia solidária, o acadêmico e Secretário Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) Paul Singer (2008), define economia solidária como *“um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto”*. Trata-se, portanto, de um modelo contra hegemônico que questiona o capitalismo, a forma de administrar os meios de produção e as relações de trabalho.

Desde 2005 a SENAES/MTE passou a investir no apoio à implantação e consolidação dos Bancos Comunitários. A secretaria fomenta seu potencial de articular, simultaneamente, produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local como catalisador das ações do desenvolvimento territorial (Júnior et al, 2007).

No II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado em abril de 2007 em Iparana (CE), foi cunhada a definição: *“Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias) e organizações de consumidores e produtores”*.

A iniciativa pioneira no país de Banco Comunitário foi o Banco Palmas, inaugurado em janeiro de 1998 no Conjunto de Palmeira, bairro situado na periferia de Fortaleza (CE). Com uma alternativa inteligente, os Bancos Comunitários se tornaram uma ferramenta eficaz e rápida para combater a crise, estando na ponta da cadeia e auxiliando no fortalecimento da cadeia produtiva local. Atualmente,

4 Informação extraída da matéria do Le Monde Diplomatique: <https://diplomatique.org.br/bancos-comunitarios/>

segundo o Instituto Palmas, existem mais de 115 bancos comunitários no Brasil, presentes em 20 estados brasileiros e 41 municípios. Só no Nordeste, há 42 Bancos Comunitários que movimentam a economia de pequenos municípios.

Entre os serviços oferecidos pelos Bancos Comunitários, destacam-se:

- **Crédito produtivo:** para incentivar a criação ou ampliação de novos negócios;
- **Crédito para consumo:** feito em moeda social para estimular o consumo local;
- **Fundo solidário para compras conjuntas:** feito por um grupo de empreendedores de um mesmo ramo de atividade para conseguir melhores preços junto ao fornecedor.

Como política recomendada à Prefeitura de Bananeiras, apresenta-se a proposta da Moeda Social Digital. Tem como público-alvo, principalmente, a população mais vulnerável da cidade e pode auxiliar o enfrentamento da crise econômica gerada pela pandemia da Covid-19. Associada a esta solução, busca-se ainda estimular a cultura do ecossistema da economia solidária por meio de clubes de compras e de trocas, bem como o fortalecimento de cooperativas de agricultoras por meio de novos arranjos produtivos locais.

Moeda Social Digital: inspirações para o desenho da proposta e arranjo da implementação

Como alternativa à transição da renda mínima emergencial aos mais vulneráveis, propõe-se a implantação da Moeda Social Digital. Diversos estudos de avaliação de impacto sobre os programas de transferência de renda têm comprovado que, além do impacto direto no bem-estar e segurança alimentar e nutricional dos beneficiários, há um efeito multiplicador na economia. Estima-se que, para cada 1 real investido no Bolsa Família, há a adição de valor superior ao PIB. Um estudo do IPEA aponta a adição R\$ 1,78, e outros da FGV apontam R\$ 1,98. Ou seja, ao optar por uma política de renda básica num contexto de vulnerabilidade ampliada em decorrência da pandemia da Covid-19, há um duplo impacto positivo tanto no aspecto social como no desenvolvimento econômico do município.

As primeiras experiências de moeda social remontam o ano de 1998 no Brasil. No país, os modelos das moedas sociais adotadas seguem a experiência da pioneira – a moeda Palmas –, que é indexada e lastreada em reais (1 palma vale 1 real). Ao longo da década de 1990, o modelo de moeda social vigente foi operado em dinheiros alternativos em papel. A partir de 2015 nasce a primeira versão da Moeda Social do Banco Palmas em formato Digital.

São José do Arraial é um município piauiense com aproximadamente 8 mil habitantes. Desde que instalou sua moeda social, o CAOCAL, a cidade registrou aumento de receita no município e tirou mais de 30% da população da linha da pobreza, sem falar no fortalecimento do comércio local. A cidade não registra um assalto há cerca de um ano. Esses e outros casos mostram que a viabilidade social e econômica é um fator significativo para mudanças de estruturas econômicas em pequenos municípios e melhora a qualidade de vida da região.

Vamos citar aqui três experiências de Moeda Social Digital: Maricá-RJ, Limoeiro de Anadia-AL e Distrito de Campo Limpo, na cidade de São Paulo. O sistema de pagamentos utilizado nesses municípios funciona por meio de um cartão ou por meio de um app que permite realizar compras pelo sistema NFC. Com isso, é possível fazer pagamentos de débito ou crédito por aproximação, fazer transferências, pagar contas e ver saldos e extratos.

No caso de Maricá, município com 127,4 mil habitantes, a política da Moeda Social Digital e diversos benefícios sociais são viabilizadas por meio de recursos advindos dos royalties do petróleo. O município é um dos recordistas nacionais em royalties e participação especial do petróleo. Em 2019, recebeu R\$ 1,1 bilhão proveniente dessa fonte de receita.

Já Anadia, com 26,9 mil habitantes, assemelha-se ao contexto do município de Bananeiras e à realidade de diversos outros municípios brasileiros. Anadia conseguiu viabilizar a política de Moeda Social Digital por meio de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social. Um projeto de lei enviado à Câmara, viabilizou um Conselho Municipal de Economia Solidária, com a previsão de um banco comunitário, como a moeda social e o programa de renda mínima.

No Distrito de Campo Limpo, região do extremo da Zona Sul da cidade de São Paulo e com população de 211 mil pessoas, o que move a economia local é o Banco Sampaio, um banco social que tem a moeda SAMPAIO e é aceita em diversos estabelecimentos comerciais da região. O Banco Sampaio sobrevive de doações e pequenos juros nos empréstimos em moeda corrente nacional ou em Sampaio. Com isso, o banco adquire um fundo para reinvestir nos microcréditos na comunidade, sendo hoje uma referência de banco comunitário em regiões de grande população.

De acordo com um manual técnico do programa, há previsão na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social para tal política: "Os recursos dos fundos municipais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são passíveis desta mobilização, conforme preconizado na seção III, da Norma Operacional Básica, que trata do co-financiamento. No seu artigo 51 prevê o

financiamento de programas e projetos, desde que estejam em acordo com os objetivos do SUAS. Neste caso, o Programa Renda Melhor e o programa emergencial de renda básica enquadram-se naquilo que é definido como uma das responsabilidades do SUAS, no artigo 53, item IV, que contempla projetos de enfrentamento da pobreza e recomenda, em parágrafo único que “os municípios e o distrito federal quando instituírem programas de transferência de renda, poderão fazê-lo, preferencialmente, integrados ao Programa Bolsa Família.”

Após a aprovação da lei, a Prefeitura de Abadia lançou, em 20 de dezembro de 2019, a operação de pagamento do Programa Renda Melhor para 1004 limoeirenses, no valor de R\$70,00. No contexto da pandemia de Covid-19, foi criado um programa complementar, estendendo o benefício a mais 996 cidadãos entre maio e julho de 2020. A partir de julho, o programa emergencial foi ampliado a mais 500 pessoas por três meses.

À luz dessa experiência, recomenda-se o programa de Moeda Social Digital de Bananeiras. Sugere-se que o município inicie o programa de Moeda Social Digital a 1000 bananeirenses e, conforme for avaliando a experiência e identificando oportunidades de financiamento, vá ampliando gradativamente os beneficiários e valor do recurso. A Secretaria Municipal de Assistência Social teria papel central para a focalização dos beneficiários por meio do Cadastro Único. A previsão orçamentária anual para a política de Moeda Social Digital, considerando o valor de 70 reais mensais para 1000 pessoas, por ano, é de 840 mil reais.

No caso de Bananeiras, a inovação da iniciativa da Moeda Social Digital seria o estímulo ao consumo de produtos de agricultores familiares em cooperativas do próprio município por meio de clubes de compras e feiras de trocas, promovendo a circulação de produtos e serviços e o fortalecimento da economia local.

Os **clubes de trocas** consistem na movimentação de produtos e serviços locais em que um organizador chama a população para expor os seus produtos – sempre em boas condições de uso – ou para divulgar os seus serviços. Importante destacar que, nesse modelo de clube, não entra moeda vigente, tudo é trocado. Há possibilidade de trocar um bolo caseiro ou tapete de crochê por um serviço de electricista. Com isso, é possível estimular a economia solidária como cultura na relação entre os cidadãos.

Os **clubes de compras** consistem em uma organização de famílias que, a partir do consumo mensal, compram coletivamente os alimentos direto de pequenos produtores, eliminando o intermediário. Esse tipo de organização consiste em uma pequena liderança para captar as famílias que desejam se associar a este clube por um pequeno preço simbólico mensal. As compras poderão ser efetuadas por meio da Moeda Social Digital ou em real.

Em função do contexto de pandemia da Covid-19, e acompanhando a tendência de serviços on line, recomenda-se que os clubes de compras e de trocas sejam adaptados para plataformas web. O WhatsApp e a ferramenta de coordenação de grupos por regiões, conectando cooperativas de agricultores com o público consumidor, são soluções gratuitas que, se bem geridas, podem ser efetivas em seus propósitos; essa é uma alternativa caso não haja recursos para o desenvolvimento de uma plataforma própria.

Uma experiência que serve como inspiração é o Projeto Junta Local (RJ), que promove “o acesso mais democrático à comida boa, local e justa”. Trata-se de uma plataforma que reúne pequenos produtores a consumidores por meio de feiras e uma sacola virtual. A sacola virtual ganhou maior vulto durante o período de pandemia. Nela, é possível que o agricultor cadastre os seus produtos, o consumidor selecione o que deseja e receba em sua casa. O modelo da Junta Local tem grande possibilidade de ser adaptado e replicado ao contexto da cidade de Bananeiras, privilegiando os agricultores do município.

A viabilidade para implementação de soluções de economia solidária no município de Bananeiras é alta, seja pelo custo factível da política ou pelos arranjos institucionais sugeridos para implementação das propostas. Ressalte-se ainda que o município já possui reconhecimento por sua atuação no Programa de Aquisição de Alimentos, como também o apoio aos micro e pequenos empreendedores em parceria com o SEBRAE.

Outra excelente oportunidade de financiamento aos micro e pequenos empreendedores que pode ser associada à proposta do Banco de Desenvolvimento Comunitário é o Fundo Empreender Bananeiras, composto pela taxação de 1% sobre os contratos de fornecedores de produtos ou serviços nos termos da Lei Municipal 578 de 10 de outubro de 2013. Associado ao Fundo, além da concessão de microcrédito, há previsão de apoio aos empreendedores de base informativa, assessoria contábil, administrativa e jurídica. Em 2020, há a previsão de aplicar, por meio do fundo, 100 mil reais. Desses recursos já foram liberados aproximadamente 60 mil reais.

Incentiva-se que o Fundo seja articulado a projetos aplicados do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias – CCHSA/UFPB, que estimulem o desenvolvimento e aprimoramento das cadeias produtivas locais. Os agricultores têm enorme potencial de refinar o seu repertório de produção e realinhar a criação de animais ou técnicas de plantio de acordo com tendências ou necessidades identificadas em pesquisas com o público consumidor.

O município também está criando outras formas de auxiliar o desenvolvimento dos arranjos produtivos, a exemplo de um mercado municipal para os pequenos empreendedores venderem seus produtos. Linhas de créditos, formação dos pequenos empreendedores e rede de serviços forte criam um organismo vivo e movimento favorável para a implementação das ações de economia solidária aqui elencadas.

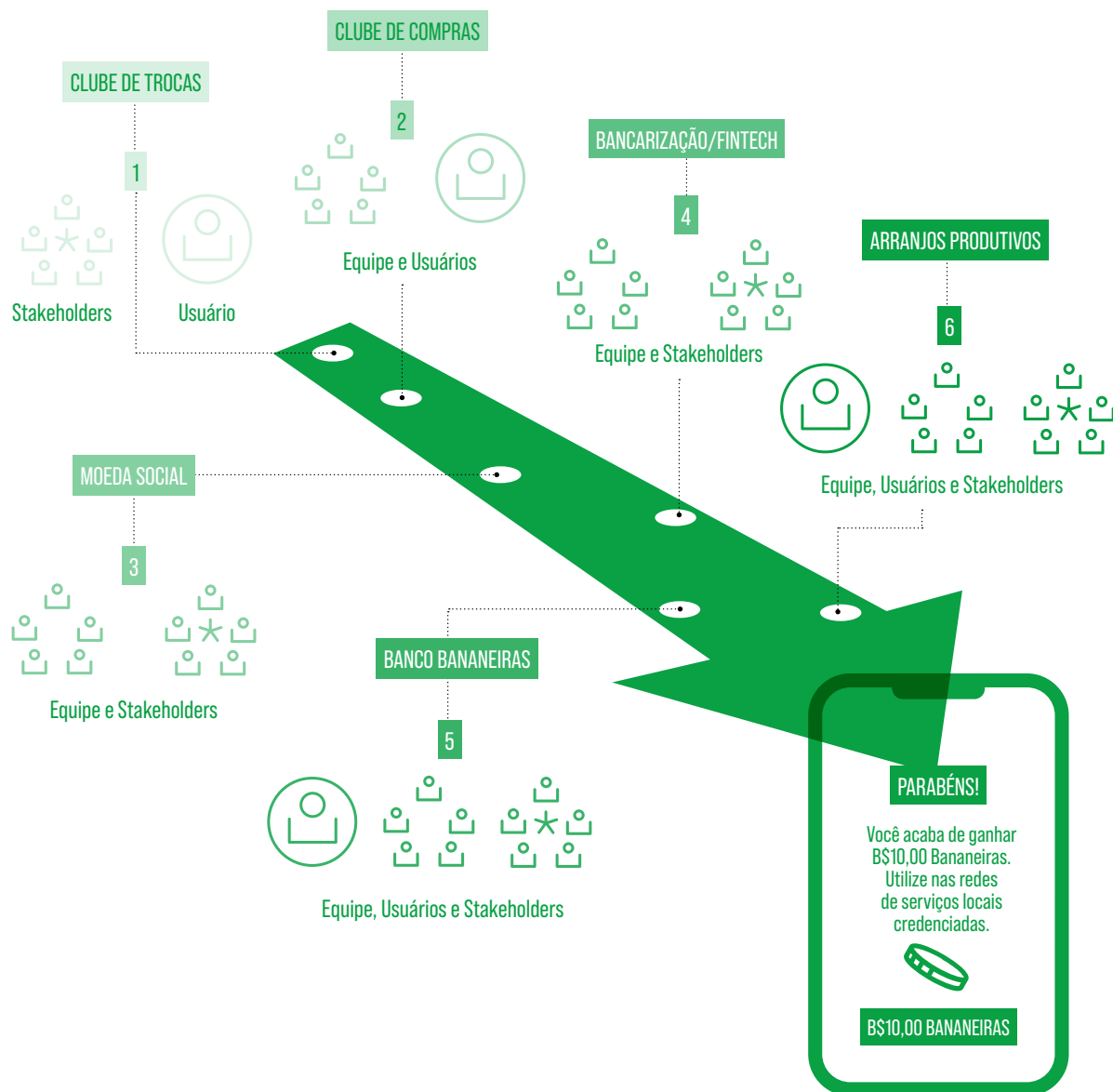
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto diagnosticado em Bananeiras pode ser refletido pelas características marcantes dos chamados wicked problems⁵. Neles, estão presentes, por exemplo, a interdependência entre os problemas e a necessidade de mudança de comportamento. A solução aqui proposta considera a natureza do problema ao atuar de forma holística, e não linear, além de considerar a necessidade de articulação entre atores e instituições.

A necessidade de atingir o público-alvo no curto prazo, bem como preparar as bases de um desenvolvimento permanente, se faz presente e, por isso, propõe-se uma solução que esteja baseada na Economia Solidária. Os clubes de compras e de trocas são iniciativas de implementação passível de execução de maneira ágil e segura. Aproveitar a presença da Universidade para firmar parcerias que proporcionem aumento do valor agregado da produção rural bananeirense, se aproveitando de recurso já estruturado, como no caso do Empreender Bananeiras, pode estimular o desenvolvimento sustentável.

Por fim, as experiências de implementação da Moeda Social já mapeadas facilitam e dão norte à implementação dessa solução em Bananeiras, tão importante e com enorme potencial de reduzir a vulnerabilidade.

⁵ Conceitualmente sugerido por Horst Rittel, pioneiro do design e projeto e professor da Universidade da Califórnia, em Berkeley, e M. Webber, Wicked Problems, de maneira sintética, são problemas incompletos, contraditórios e com requisitos mutáveis; as soluções para eles são frequentemente difíceis de se reconhecer por conta de sua interdependência com outros fatores.



BIBLIOGRAFIA

GODOY, T. P.; SANTOS, L. A.; WEGNER, R. S.; GODOY, L. P.; SILUK, J, C, M. Análise e reflexão a partir da revisão bibliométrica sobre o estado da arte do tema economia solidária no Brasil. In: Simpósio de engenharia de produção, 2014. Anais eletrônicos. Disponível em :<http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep.php?e=9>. Acesso em: 29 mar. 2015.

LAVILLE, J. L. Economia solidária, a perspectiva européia. Sociedade e estado, Brasília, v. 16, p. 1-2, jun. 2001.

Nota Técnica - 2020- Abril - Número 67- Disoc : Proteção Social aos Mais Vulneráveis em Contexto de Pandemia: Algumas Limitações Práticas de Auxílio Emergencial E a Adequação dos Benefícios Eventuais Como Instrumento Complementar de Política Socioassistencial - Autores: Marco Natalino e Marina Brito Pinheiro. Encontra-se em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35536&Itemid=1

FOLHA DE SÃO PAULO "Pobres devem perde o trem d volta para a economia pobre de 2019" <https://isnportal.com.br/editorias/economia/2020/09/05/pobres-devem-perder-o-trem-de-volta-para-a-economia-pobre-de-2019#:~:text=Pobres%20devem%20perder%20o%20trem%20de%20volta%20para%20a%20economia%20pobre%20de%202019,-Por%20Folha%20de&text=Em%20julho%20do%20ano%20passado,regi%C3%A3o%20metropolitana%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.&text=A%20economia%20se%20recupera%2C%20na,despiora%2C%20dizem%20os%20grandes%20n%C3%BAmeros> . Acesso em 3 set 2020.

http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/ii-conpes/gt06/1/araujo_alcione_lino_de_rodrigues_bethania_avila_canteri_maria_helene_giovanetti_bittencourt_juliana_vitoria_messias_2.pdf

Economia solidária. *Estud.av., São Paulo, v.22, n.62, pág. 289-314, abril de 2008.* Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 de setembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000100020>

<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2557.pdf>

<https://www.politize.com.br/economia-solidaria-moeda-social-caso-de-palmas/>

<https://www.institutobancopalmas.org/a-revolucao-das-moedas-sociais-do-almacard-ao-e-dinheiro/>

<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2557.pdf>

What is a policy paper? Disponível em: <https://politicalscienceguide.com/home/policy-paper/> Acesso em 21 set. 2020

<https://openmaster.org.br/publicacoes/>